

PREFÁCIO DA 5ª EDIÇÃO (1976)

Há quarenta e dois anos foi publicada a 1ª edição deste livro. Tivemos de enfrentar problemas de interpretação dos textos e outros, oriundos de erros da lei. Felizmente, foi quase sempre atendido o que expuséramos e no que criticáramos. Agora, estamos diante de lei nova que fez correções que apontáramos e nos traz novos problemas, de grande relevância, que tivemos de expor e a que tínhamos de dar soluções exegéticas. Cada dia que passa, mais o ser humano tem de avançar na cultura, e corrigir-se. E é o que acontece, cada dia, com o processo social de adaptação, que é o Direito, elemento que *dá* a qualquer grupo social a sua estrutura e os seus caminhos.



SOBRE O AUTOR

FRANCISCO CAVALCANTI PONTES DE MIRANDA

Nasceu em Maceió, Estado de Alagoas, em 23 de abril de 1892. Faleceu no Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1979.

Foi um dos maiores juristas brasileiros. Também filósofo, matemático, sociólogo, deixou obras não só no campo do Direito, mas também da Filosofia, Sociologia, Matemática, Política e Literatura (poesia e prosa). Escreveu-as em português, francês, inglês, alemão e italiano.

- Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade de Recife, em 1911.
- Membro do Instituto dos Advogados do Brasil, em 1918.
- Membro Correspondente da Ordem dos Advogados de São Paulo, 16 de dezembro de 1919.
- Conselheiro da Delegação Brasileira à V Conferência Internacional Americana, 1923.
- Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras, 1924, pelo livro *Introdução à Sociologia Geral*.
- Juiz de Órfãos, 1924.
- Prêmio Único da Academia Brasileira de Letras, 1925, pelo livro *A Sabedoria dos Instintos*.
- Prêmio Pedro Lessa, da Academia de Letras, 1925.
- Professor *Honoris Causa* da Universidade Nacional do Rio de Janeiro, 1928.
- Delegado do Brasil à V Conferência Internacional de Navegação Aérea, 1930.

- Conferencista na *Keiser Wilhelm-Stiftung*, em Berlim, 1931.
- Membro da Comissão de Reforma Universitária do Brasil, em 1931.
- Membro da Comissão de Constituição, em 1932.
- Chefe da Delegação do Brasil na Conferência Internacional de Navegação Aérea, em Haia, 1932.
- Professor de Direito Internacional Privado na *Académie de Droit International de la Haye*, 1932.
- Juiz dos Testamentos (Provedoria e Resíduos).
- Desembargador do Tribunal de Apelação e Presidente das Câmaras de Apelação até 1939.
- Ministro Plenipotenciário de 1ª classe, em 1939.
- Embaixador em comissão, 3 de novembro de 1939, sendo designado para Colombia de 1940 a 1941.
- Chefe da Delegação do Governo Brasileiro na XXVI Sessão da Conferência Internacional do Trabalho, em Nova Iorque, 25 de setembro de 1941.
- Representante do Brasil no Conselho Administrativo da Repartição Internacional do Trabalho, em Montreal, 29 de agosto de 1941; no posto de 15 de setembro de 1941 a março de 1943.
- Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Recife, 1955.
- Ordem do Tesouro Sagrado do Império do Japão, Primeiro Grau, 1958.
- Medalha Comemorativa do Centenário do nascimento de Clóvis Beviláqua, 4 de outubro de 1959.
- Prêmio Teixeira de Freitas, pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, 1961.
- Ordem do Mérito Jurídico Militar, pelo Superior Tribunal Militar, 1966.
- Medalha Monumento Nacional ao Imigrante, Caxias do Sul, 1966.
- Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de São Paulo, 1966.

- Comenda de Jurista Eminente, Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 1969.
- Professor Honorário da Faculdade de Direito de Caruaru, 26 de maio de 1969.
- Grã-Cruz do Mérito da Única Ordem da República Federal da Alemanha, 1970.
- Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 8 de agosto de 1970.
- Professor *Honoris Causa* da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 11 de agosto de 1970.
- Titular Fundador da Legião de Honra do Marechal Rondon, 5 de maio de 1970.
- Sumo Título de Mestre do Direito, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 19 de setembro de 1970.
- Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1971.
- Prêmio Munis Freire de Pernambuco outorgado pela Associação dos Magistrados do Espírito Santo, 12 de agosto de 1974.
- Prêmio Medalha Osvaldo Vergara outorgado pela OAB, Seção do Rio Grande do Sul, 6 de novembro de 1974.
- Professor Emérito da Faculdade de Direito de Olinda, 15 de maio de 1977.
- Prêmio Medalha do Mérito Visconde de S. Leopoldo, Olinda, 15 de maio de 1977.
- Professor *Honoris Causa* da Universidade Federal de Alagoas, 1978.
- Prêmio Medalha do Mérito Artur Ramos outorgado pelo Governador de Alagoas, março de 1978.
- Imortal da Academia Brasileira de Letras, 8 de março de 1979.
- Membro Benemérito do Diretório Acadêmico Rui Barbosa.
- Membro Efetivo do Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul.
- Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

- Membro da Ordem dos Advogados do Brasil.
- Membro da Academia Brasileira de Arte.
- Honra ao Mérito, Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Grau de Grã-Cruz (Ordem Albatroz) Museu de História, Sociedade Cultural Tradicionalista.
- Membro da *Association of Symbolic Logic*.
- Membro da Academia Carioca de Letras.
- Membro da Academia de Artes.
- Membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas.
- Membro da Academia Brasileira de Letras.
- Cidadão Honorário de Minas Gerais.

OBRAS PRINCIPAIS DO AUTOR

JURÍDICAS

- Sistema de Ciência Positiva do Direito* (1922), 2 Tomos; 2. ed., 1972, 4 Tomos.
- Os Fundamentos atuais do Direito Constitucional* (1932).
- Tratado do Direito Internacional Privado*, 2 Tomos (1935).
- Tratado das Ações*, I-VII (1971-1978).
- Tratado de Direito Privado*, Tomos I-LX, 3. ed.
- Comentários à Constituição da República dos E.U. do Brasil* (1934), Tomos I e III.
- Comentários à Constituição de 10 de novembro de 1937*, 1.º e 3.º Tomos.
- Comentários à Constituição de 1946*, 3. ed., Tomos I-VIII.
- Comentários à Constituição de 1967*, Tomos I-VI; 2. ed., com Emenda n. 1.
- La Conception du Droit international privé d'après la doctrine et la pratique au Brésil, *Recueil des Cours de l'Académie de Droit International de La Haye*, T. 39, 1932.
- La Création et la Personnalité des personnes juridiques en Droit international privé*, Mélanges Streit, Athènes, 1939.
- Nacionalidade e Naturalização no Direito brasileiro* (1936).
- À Margem do Direito* (1912).
- História e Prática do Habeas Corpus* (1916); 7. ed. (1972), 2 Tomos.
- Tratado de Direito de Família*, 3. ed., 3 Tomos (1947).
- Da Promessa de Recompensa* (1927).
- Das Obrigações por Atos Ilícitos*, 2 Tomos (1927).
- Dos Títulos ao Portador* (1921); 2. ed., 2 Tomos.
- Fontes e Evolução do Direito Civil Brasileiro*, história, lacunas e incorreções do Código Civil (1928).
- Tratado dos Testamentos*, 5 Tomos (1930).

Tratado do Direito Cambiário: I. Letra de Câmbio. II. Nota Promissória. III. Duplicata Mercantil. IV. Cheque, 2. ed., 4 Tomos (1954-1955).

Tratado de Direito Predial (1953); 5 Tomos, 2. ed.

Comentários ao Código de Processo Civil (1939), 2. ed., Tomos I-IX.

Comentários ao Código de Processo Civil (de 1973), Tomos I-XVII.

Embargos, Prejulgados e Revista no Direito processual brasileiro (1937).

Tratado da Ação Rescisória (1973), 5. ed.

História e Prática do Arresto ou Embargo (1937).

Conceito e Importância da “unitas actus” (1939).

Die Zivilgesetz der Gegenwart, Band III, Brasilien (Einleitung von Dr. Pontes de Miranda), unter Mitwirkung von Dr. Pontes de Miranda u. Dr. Fritz Gericke, herausgegeben von Dr. Karl Heinscheimer (1928).

Rechtsgefühl und Begriff des Rechts (1922).

Begriff des Wertes und soziale Anpassung (1922).

Brasilien, Rechtsvergleichendes Handwörterbuch, do Prof. Dr. Franz Schlegelberger, em colaboração (1929).

Questões Forenses, 8 Tomos (1953).

Princípio da relatividade gnosiológica e objetiva (1961).

Dez anos de Pareceres, 1-10 (1974-1977).

DE FILOSOFIA

O Problema Fundamental do Conhecimento (1937), 2. ed. (1972).

Garra, Mão e Dedo (1953).

Vorstellung von Raune, *Atti del V Congresso Internazionale di Filosofia* (1924), Napoli, 1925.

SOCIOLÓGICAS

Introdução à Sociologia Geral (1926), 1.º prêmio da Academia Brasileira de Letras.

A Moral do Futuro (1913).

- Democracia, Liberdade, Igualdade, os três caminhos* (1945).
Introdução à Política Científica (1924).
Método de Análise Sociopsicológica (1925).
O Novos Direitos do Homem (1933).
Direito à Subsistência e Direito ao Trabalho (1935).
Direito à Educação (1933).
Anarquismo, Comunismo, Socialismo (1933).
Los Principios y Leis de Simetria en la Sociologia General, Madrid, 1925.

LITERÁRIAS

- Poèmes et chansons* (1969).
Obras Literárias (1960), 2 Tomos.
A Sabedoria dos Instintos (1921), 1.º prêmio da Academia de Letras, 2. ed., 1924.
A Sabedoria da Inteligência (1923).
O Sábio e o Artista, edição de luxo (1929).
Penetração, poemas, edição de luxo (1930).
Inscrições da Estela Interior, poemas, edição de luxo (1930).
Epiküre der Weisheit, München, 2. ed. (1973).



SOBRE OS ATUALIZADORES

NELSON NERY JUNIOR

Professor Titular de Direito Civil e de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professor Titular de Direito Processual Civil e de Direito do Consumidor da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp). Procurador de Justiça aposentado do Ministério Público do Estado de São Paulo. Advogado, parecerista e consultor jurídico. Sócio fundador de Nery Advogados. Sócio do Instituto dos Advogados de São Paulo. Membro efetivo do Instituto Brasileiro de Direito Processual, da Asociación Iberoamericana de Derecho Procesal, da Wissenschaftliche Vereinigung für internationales Verfahrensrecht (Associação Científica de Direito Processual Internacional), da Associazione Internazionale di Diritto Processuale (International Association of Procedural Law). Titular da Cadeira n. 25 da Academia Paulista de Direito (APD). Titular da Cadeira n. 54 da Academia Paulista de Letras Jurídicas (APLJ). Membro Titular da Academia Brasileira de Direito Civil (ABDC). Membro da Deutsch-Brasilianische Juristenvereinigung (DBJV). Membro fundador da União de Juristas Católicos de São Paulo (UJUCASP). Membro fundador da Associação Brasileira de Direito de Família e Sucessões (ADFAS). Membro do corpo de árbitros de câmaras de arbitragem e mediação do Brasil e do Exterior. Coordenador, juntamente com Rosa Maria de Andrade Nery, da Revista de Direito Privado, da Editora Revista dos Tribunais.

GEORGES ABBOUD

Doutor e Mestre em Direitos Difusos e Coletivos pela PUC-SP. Professor do mestrado e doutorado da Faculdade Autônoma de São Paulo. FADISP. Professor do curso de graduação da Pontifícia Universidade Católica de São – PUC-SP. Membro do Conselho Editorial da Revista de Direito Privado – RT. Advogado sócio do escritório Nery Advogados. Consultor Jurídico.

TÁBUA SISTEMÁTICA DAS MATÉRIAS

PARTE I

DIREITO, PROCESSO E SENTENÇA

CAPÍTULO I

PRELIMINARES

§ 1.	DIREITO E PROCESSOS DE ADAPTAÇÃO SOCIAL	43
	1. Direito, processo de adaptação social. 2. Direito material e direito formal. 3. Forma e conteúdo	
§ 2.	O DIREITO PROCESSUAL E A SUA IMPORTÂNCIA	46
	1. Problemas fundamentais. 2. Monopólio estatal da justiça. 3. Ação rescisória e problemática do processo	
§ 3.	DIREITO OBJETIVO, DIREITO SUBJETIVO, PRETENSÃO	47
	1. Direito no sentido objetivo. 2. Divergências filosóficas. 3. Interesse e vontade. 4. Direito subjetivo. 5. “Sujeito” e “subjetivo”. 6. Conceito de pretensão	
§ 4.	DIREITO SUBJETIVO, AÇÃO, REMÉDIO JURÍDICO PROCESSUAL...	63
	1. Vida, liberdade e direitos políticos. 2. Inconfundibilidade dos conceitos de direito subjetivo, de pretensão e de ação. 3. Th. Muther e B. Windscheid. 4. Pretensão à tutela jurídica. 5. Direito à sentença. 6. Remédio jurídico processual. 7. Ataques às sentenças	

CAPÍTULO II

REMÉDIO JURÍDICO PROCESSUAL E AÇÕES

§ 5.	REMÉDIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS	89
	1. Conceito. 2. Autor e réu. 3. Relação jurídica processual. 4. Fim do processo. 5. Direitos subjetivos sem ação. 6. Legitimação ativa e passiva. 7. Conclusões	

§ 6.	CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES.....	100
	1. Natureza das pretensões e das ações. 2. Preponderância de eficácia. 3. Classificação das ações. 4. Pretensão à segurança. 5. Pretensão do réu	
§ 7.	FUNÇÃO SOCIAL DO PROCESSO.....	110
	1. Finalidade hodierna, preponderante, do processo. 2. Pretensão à tutela jurídica e “petitio”. 3. Pretensão à tutela jurídica e justiça	

PARTE II

CONCEITO DE AÇÃO RESCISÓRIA E DADOS HISTÓRICOS SOBRE A AÇÃO RESCISÓRIA

CAPÍTULO I

CONCEITO DE AÇÃO RESCISÓRIA

§ 8.	ERRO NO JULGAMENTO E AÇÃO RESCISÓRIA.....	117
	1. “Errores in procedendo” e “errores in iudicando”. 2. Querela de nulidade e “exceptio nullitatis”. 3. Rescisão de julgados. 4. Juízo da execução e ação contra a sentença trânsita em julgado. 5. Transformações do direito. 6. Dívida estatal de nova prestação jurisdicional	
§ 9.	TRAÇOS PRINCIPAIS DA AÇÃO RESCISÓRIA	133
	1. Competência do juízo rescindente. 2. “Iudicium rescindens” e “iudicium rescissorium”. 3. Cumulação de pedidos e conexão. 4. Extraordinariedade do remédio jurídico processual. 5. Ação e não exceção. 6. Interesse e legitimidade. 7. Propositura pelo interessado	

CAPÍTULO II

DADOS HISTÓRICOS E LEGISLATIVOS SOBRE A AÇÃO RESCISÓRIA

§ 10.	DIREITO ROMANO.....	151
	1. As “restitutiones”. 2. Pontos fundamentais	
§ 11.	APRECIÇÃO POSTERIOR	153
	1. Nulidade e rescisão. 2. Direito romano no reino de Portugal	
§ 12.	DIREITO REINÍCOLA.....	156
	1. Antes das ordenações afonsinas. 2. Séculos XIII e XIV. 3. Análises das leis dos séculos XIII e XIV	

§ 13. ORDENAÇÕES AFONSINAS.....	160
1. Nulidade e rescindibilidade. 2. Pressupostos da ação rescisória	
§ 14. ORDENAÇÕES MANUELINAS E ORDENAÇÕES FILIPINAS.....	162
1. Diferenças entre os textos. 2. Problemas que surgiram	
§ 15. DIREITO POSTERIOR ÀS ORDENAÇÕES FILIPINAS	165
1. Problemas técnicos que permaneciam. 2. Legislação de 1850. 3. Legislação de 1890. 4. Alterações à legislação. 5. Considerações prévias sobre a ação rescisória. 6. Conclusões	

PARTE III

PRESSUPOSTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA E DECISÕES JUDICIAIS RESCINDÍVEIS

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS DA AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA

§ 16. JULGAMENTO PARA RESCISÃO DA SENTENÇA	177
1. Fim da ação rescisória de sentença. 2. Pressupostos de competência. 3. Pressupostos objetivos da ação rescisória. 4. Direito material e direito formal. 5. Legitimação ativa. 6. Força eficaz da ação rescisória. 7. Rescisão de sentença já executada. 8. Falsa causa voltou a ser fundamento de rescindibilidade	
§ 17. SENTENÇA CONTRA A COISA JULGADA FORMAL	200
1. Sentença rescindenda. 2. Relação jurídica processual e ação rescisória. 3. Rescindibilidade e ineficácia. 4. Ação e recurso; ação rescisória de sentença e ação de revisão criminal. 5. Legitimação ativa e legitimação passiva. 6. Legitimação ativa e partes. 7. Ministério Público. 8. Terceiro juridicamente interessado. 9. Direito interespecial. 10. Direito intertemporal	
§ 18. CAUSAS PARA A RESCINDIBILIDADE.....	248
1. Texto legal. 2. Ambiguidade condenável. 3. Eficácia das sentenças rescindíveis. 4. Sentenças rescindíveis conforme o código de processo civil, art. 485. 5. Decisões judiciais em matéria falencial. 6. Desapropriação e constituição de servidão. 7. Ação rescisória. 8. Registros e desconstituição	

§ 19. PRESSUPOSTO DA PREVARICAÇÃO, CONCUSSÃO OU CORRUPÇÃO DO JUIZ.....	274
1. Dados históricos. 2. Não há adotar-se definição “a priori” de prevaricação. 3. Prevaricação, concussão e corrupção do juiz	
§ 20. IMPEDIMENTO DO JUIZ PROLATOR DA SENTENÇA	280
1. Impedimento do juiz como pressuposto. 2. Incompatibilidade	
§ 21. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO, PRESSUPOSTO SUFICIENTE DE RESCINDIBILIDADE	283
1. Incompetência absoluta e rescisão da sentença. 2. “De iure condendo” e “de iure condito”	
§ 22. DOLO DA PARTE VENCEDORA EM DETRIMENTO DA PARTE VENCIDA	291
1. Dolo da parte vencedora. 2. Ato ou omissão em detrimento da parte vencida. 3. Colusão entre as partes, a fim de fraudar a lei	
§ 23. OFENSA À COISA JULGADA.....	299
1. Coisa Julgada e Rescisão. 2. Trânsito em julgado, formalmente, e ação rescisória. 3. Elementos do pressuposto da ofensa à coisa julgada. 4. Fatos pré-excludentes. 5. Recurso e rescisão. 6. Exceção de coisa julgada	
§ 24. VIOLAÇÃO DE REGRA JURÍDICA, ONDE ESTÁ PRESSUPOSTO SUFICIENTE DA RESCINDIBILIDADE.....	317
1. Infração do direito objetivo. 2. Erro “contra literam”	
§ 25. FALSIDADE DA PROVA, PRESSUPOSTO SUFICIENTE DA RESCINDIBILIDADE	363
1. Prova falsa e direito romano. 2. Direito reinícola. 3. Reg. n. 737, de 25 de novembro de 1850, art. 680, § 3º, e direito posterior. 4. Elementos do pressuposto de falsa prova	
§ 26. OBTENÇÃO DE DOCUMENTO NOVO.....	382
1. Documento novo. 2. Atuação da parte	
§ 27. INVALIDADE DE CONFISSÃO, DE DESISTÊNCIA OU DE TRANSAÇÃO	386
1. Preliminares. 2. Confissão. 3. Desistência. 4. Transação. 5. Problemas que surgem	

§ 28. ERRO DE FATO, RESULTANTE DE ATOS OU DOCUMENTOS DA CAUSA.....	398
1. Erro de fato. 2. Atos ou documentos da causa. 3. Existência e inexistência de fato	
§ 29. SENTENÇA DE PARTILHA.....	405
1. Rescindibilidade da sentença de partilha. 2. Rescindibilidade da sentença	

CAPÍTULO II
DECISÕES RESCINDÍVEIS

§ 30. RESCINDIBILIDADE DE SENTENÇAS E DE ACÓRDÃOS.....	411
1. Decisões e instâncias. 2. Erro no pedido	
§ 31. SENTENÇA ESTRANGEIRA E HOMOLOGAÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	423
1. Competência para rescindir. 2. Eficácia da rescisão	
§ 32. SENTENÇAS DE JUIZES ARBITRAIS E OUTRAS SENTENÇAS; E RESCISÃO	424
1. Rescindibilidade e irrescindibilidade. 2. Julgamento por equidade	
§ 33. PRAZO PARA A PROPOSITURA DA AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA	429
1. Cômputo e natureza do prazo para a propositura da ação rescisória. 2. Prazos preclusivos. 3. Direito processual vigente. 4. Exercício da pretensão à rescisão. 5. Quando começa a coisa julgada formal. 6. Término do prazo preclusivo. 7. Direito intertemporal. 8. Ação, não-exceção rescindente. 9. Influência da coisa julgada na decisão de outra ação. 10. Embargos de terceiro e rescisão. 11. Embargos do devedor	
§ 34. EXTENSÃO DA RESCISÃO DA SENTENÇA	456
1. Rescindibilidade total e rescindibilidade parcial. 2. Jurisprudência a repelir-se	
§ 35. AÇÃO RESCISÓRIA DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO RESCISÓRIA	459
1. Texto legal. 2. Ação rescisória de sentença proferida em ação rescisória. 3. Direito em tese e ação rescisória de sentença rescisória	

§ 36. SENTENÇAS INJUSTAS E SENTENÇAS RESCINDÍVEIS	464
1. Sentenças injustas. 2. Injustiça e má apreciação da prova. 3. Má apreciação da prova e ação rescisória de sentença. 4. Interpretação dos negócios jurídicos	

§ 37. SENTENÇAS EM AÇÕES CAUTELARES.....	473
1. Discussão da matéria. 2. Solução do problema	

CAPÍTULO III

ATOS PROCESSUAIS DEPENDENTES OU INDEPENDENTES DE MERA HOMOLOGAÇÃO

§ 38. PRECISÕES CONCEPTUAIS.....	477
1. Texto legal. 2. Rescisão de atos judiciais que não dependem de sentença, ou em que essa seja meramente homologatória. 3. Negócios jurídicos de direito material levados a processo	

§ 39. ANULABILIDADE E NULIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS REFERIDOS	488
1. Interpretação do art. 486 do Código de Processo Civil e do art. 1.805 do Código Civil. 2. Ações decretativas de nulidades e de anulação. 3. Alterações materiais na sentença e ação rescisória. 4. Precisos sobre as ações rescisórias	

CAPÍTULO IV

NULIDADE E RESCINDIBILIDADE

§ 40. RECAPITULAÇÃO	517
1. Nulidade, anulação e rescisão. 2. Eficácia, nulidade, anulação e rescisão	

§ 41. SENTENÇAS NULAS.....	522
1. Conceito de nulidade da sentença após o trânsito em julgado. 2. Incapacidade de ser parte; incapacidade processual; incapacidade “ad processum”. 3. Audiência e publicidade da sentença	

§ 42. SENTENÇAS RESCINDÍVEIS.....	530
1. Precisos quanto ao conceito. 2. Natureza da processualização pela juntada ou inserção e pela tomada por termo nos autos. 3. Conciliação e sentença	

PARTE IV
PROCESSO DA AÇÃO RESCISÓRIA

CAPÍTULO I
RELAÇÃO JURÍDICA PROCESSUAL
DA AÇÃO RESCISÓRIA

- § 43. COMPETÊNCIA PARA AÇÃO RESCISÓRIA 537
 1. Problema de técnica legislativa da competência. 2. Código de processo civil de 1939. 3. Regras jurídicas sobre competência
- § 44. PETIÇÃO E EFICÁCIA DA PROPOSITURA 554
 1. Petição. 2. Eficácia da propositura da ação rescisória. 3. Despacho saneador. 4. Recursos. 5. Ação rescisória e remédio jurídico processual. 6. Valor da ação rescisória. 7. Coisa julgada sobre rescisão. 8. Reconvenção. 9. Impedimento de juízes. 10. Precação ou delegação interna de funções judiciais. 11. Transação, compromisso e desistência. 12. Julgamento da ação rescisória

CAPÍTULO II
EFICÁCIA DA SENTENÇA RESCINDENTE

- § 45. SENTENÇA RESCINDENTE E EFICÁCIA 603
 1. Relação jurídica processual oriunda da propositura de ação rescisória de sentença e entrega da prestação jurisdicional. 2. Natureza da sentença rescindente, quanto aos efeitos. 3. Força da sentença rescindente. 4. Rescisão de sentença de divórcio. 5. Atos pendente a eficácia. 6. Particularidades devidas à instância, em que se proferiu a sentença rescindida. 7. Recurso extraordinário e ação rescisória. 8. Após a rescisão, juízo rescisório e resto do julgado
- § 46. RESCISÃO DE SENTENÇA CÍVEL OU REVISÃO DE SENTENÇA PENAL, TENDO HAVIDO EXECUÇÃO 628
 1. Rescisão de sentença cível e execução a fazer-se ou feita. 2. Revisão da sentença penal a que se dera execução cível segundo a lei
- § 47. AÇÃO RESCISÓRIA DE DECISÃO ANTERIOR À SENTENÇA FINAL 632
 1. Problemas que surgem. 2. Exame dos problemas, “in concreto”. 3. Solução técnica

PARTE V
CONCLUSÕES SISTEMÁTICAS E CRÍTICAS

CAPÍTULO I
FUNÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA

- § 48. PROPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS..... 641
 1. Natureza e classificação da ação rescisória. 2. Decisões rescindíveis. 3. Relação jurídica processual da “ação” rescisória. 4. Causas de rescindibilidade. 5. Provas falsas; espécies de prova
- § 49. PRESSUPOSTOS E FUNÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA 667
 1. Unidade da função. 2. Função e eficácia

CAPÍTULO II
ERROS QUE TÊM DE SER FRISADOS

- § 50. ERROS MAIS GRAVES 671
 1. Gravidade dos erros. 2. Prazo para a propositura da ação rescisória. 3. Rescisão de sentença em ação rescisória. 4. Transação. 5. Levantamento de preço da arrematação. 6. Função da ação rescisória
- § 51. EVOLUÇÃO TERMINOLÓGICA E TÉCNICA..... 683
 1. Terminologia. 2. Técnica
- § 52. REPERCUSSÕES DA EFICÁCIA DA SENTENÇA RESCINDENTE 691
 1. Atos administrativos que atenderam à coisa julgada material da sentença depois rescindida. 2. Sentença ou decisão que se fundou em sentença depois rescindida. 3. Decisões interlocutórias e despachos que atenderam a coisa julgada material de sentença depois rescindida. 4. Rescisão de sentença rescindente. 5. Rescisão de sentença que julgou improcedente a ação rescisória
- § 53. INEFICÁCIA POSTERIOR DA SENTENÇA OU OUTRA DECISÃO E AÇÃO RESCISÓRIA..... 695
 1. Ineficácia posterior, “ipso iure”. 2. Sistemas jurídicos que admitem retroeficácia de leis
- § 54. TÉCNICA LEGISLATIVA E FUTURAS CORREÇÕES À LEI PROCESSUAL” 696
 1. Considerações breves. 2. Futuras correções

§ 55. DIREITO INTERTEMPORAL E AÇÃO RESCISÓRIA.....	698
1. Acréscimos feitos pelo código de processo civil de 1973. 2. Atos judiciais que não dependem de sentença, ou em que ela é meramente homologatória. 3. Ação rescisória de sentença proferida em ação rescisória. 4. Prazo preclusivo	

CAPÍTULO III
CONCLUSÕES

§ 56. PALAVRAS FINAIS SOBRE O SISTEMA	707
1. Sistemática da ação rescisória. 2. Precisoões a que chegou o sistema jurídico quanto à ação rescisória. 3. Em torno do prazo preclusivo da ação rescisória. 4. Sentença posterior no mesmo ou noutro processo. 5. Ato processual transparente e ato jurídico coberto. 6. Atos processuais transparentes e ação rescisória	
§ 57. ERRO DE JULGAMENTO E ÚLTIMO REMÉDIO.....	719
1. Incidência e aplicação da lei. 2. Justiça, erro e ensejo de correção	